

LLI, NABOR CESAR SIQUEIRA e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Em assuntos gerais o Senhor Presidente justificou a ausência dos Senhores Conselheiros ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, EVERARDO DA CUNHA LUNA, BENJAMIN MORAES FILHO, RENÉ ARIEL DOTTI e JASON SOARES ALBERGARIA. Em andamento o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre 21(vinte e um) de junho a 26(vinte e seis) de julho. Abrindo os trabalhos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente submeteu à aprovação do Colendo Conselho, a ata da reunião anterior, tendo sido aprovada por unanimidade. Conforme previsto, a seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Desembargador LUIZ VICENTE CERNICCHIARO - Coordenador da Comissão de Reforma do Código Penal-Parte Especial, para proporcionar aos presentes, uma exposição sobre o texto do anteprojeto, recentemente entregue ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça. Ao iniciar a exposição o relator informou aos presentes que a matéria que expunha, estava aberta ao público para recebimento de sugestões, até o dia 21 de agosto. A seguir elencou todos os aspectos contidos no anteprojeto, com o seguinte desdobramento: "DOS CRIMES CONTRA A PESSOA - DOS CRIMES CONTRA A VIDA - DOS CRIMES CONTRA A INTEGRIDADE CORPORAL E A SAÚDE - DOS CRIMES DE PERIGO CONTRA A VIDA E A SAÚDE - DOS CRIMES CONTRA A HONRA - DISPOSIÇÕES GERAIS - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL - Dos crimes contra a liberdade pessoal - Dos crimes contra a privacidade - Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência - Dos crimes contra a inviolabilidade de segredos - DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - DO FURTO - DO ROUBO E DA EXTORSÃO - DA USURPAÇÃO - DO DANO - DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA - DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES - DA RECEPÇÃO - DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE MATERIAL - DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL - DOS CRIMES CONTRA A PATENTE DE INVENÇÃO - DOS CRIMES CONTRA A MARCA DE INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO OU SERVIÇO - DOS CRIMES CONTRA A EXPRESSÃO OU SINAL DE PROPAGANDA - DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL - DISPOSIÇÃO GERAL - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO - DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS - DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO - DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS - DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL - DA SEDUÇÃO E DA CORRUPÇÃO DE MENORES - DO RAPTO - DISPOSIÇÕES GERAIS - DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOAS - DO ULTRAJE PÚBLICO AO PADRÃO - DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA - DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO - DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO - DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR - DOS CRIMES CONTRA A GUARDA DE INCAPAZES - DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA - DOS CRIMES DE PERIGO COMUM - DOS CRIMES CONTRA OS MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO - AUMENTO ESPECIAL DE PENA - DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA - DISPOSIÇÃO GERAL - DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA - DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA - DA MOEDA FALSA - DA FALSIFICAÇÃO DOCUMENTAL - DE OUTRAS FALSIFICAÇÕES - DISPOSIÇÕES GERAIS - DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DOS CRIMES PRÁTICOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL - DOS CRIMES PRÁTICOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL - DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA - DOS CRIMES CONTRA A ORDEM

ECONOMICA, FINANCEIRA E TRIBUTARIA - DOS CRIMES CONTRA A ORDEM ECONOMICA - DOS CRIMES CONTRA A ORDEM FINANCEIRA - DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTARIA - DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE - DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL - Da poluição da água, do ar e do solo - Dos atentados contra a flora e a fauna - Do atentado contra a paisagem - DO FAVORECIMENTO AOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE - DOS CRIMES CONTRA A MEMÓRIA NACIONAL". Ao concluir, seguiu-se os debates, oportunidade em que o relator esclareceu aos presentes sobre a concepção de cada alteração. O relator foi muito cumprimentado pelos presentes e, em especial, cumprimentou o Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, integrante daquela Comissão de Reforma, pela conduta ilibada com que coordenou esse trabalho. Prosseguindo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS que relatou sobre a matéria procedente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto - São Paulo, reinvidicando das autoridades federais alteração da legislação penal, visando maior proteção ao advogado no exercício de sua profissão. Acordando o relator com a premissa e justificando os objetivos sugeridos, o relator propôs que a matéria fosse encaminhada à Comissão de Reforma do Código Penal - Parte Especial. A proposição foi aceita pelo Colendo Conselho, e a matéria, encaminhada conforme proposta. Concluindo os trabalhos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, que emitiu parecer sobre a adequação do Art. 49 e seus parágrafos, do Regimento Interno do Conselho. Em suas considerações o relator expressou algumas alternativas que possibilitam o estudo da matéria, sugerindo, a seguir a criação de uma Comissão para elaborar minutas de decreto e de Regimento Interno sobre o tema. Observou, entretanto, que qualquer modificação acha-se, condicionada, agora, à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Em discussão, foi o parecer aprovado por unanimidade com a determinação do Senhor Presidente de que fosse elaborada Resolução-CNPP, designando o relator, Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO - Presidente e, os Senhores Conselheiros RENÉ ARIEL DOTTI e MAURO ONIVALDO TICIANELLI, membros da mencionada Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva - CNPP

TÓPICA E JURISPRUDÊNCIA

Theodor Viehweg

Tradução e prefácio do Professor

Tércio Sampaio Ferraz Jr.

Cr\$ 500,00

Ministério do Exército

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 678, DE 25 DE SETEMBRO DE 1984

Efetivo de 39 Sargentos de carreira para 1984

(Altera)

O Ministro de Estado do Exército,

de acordo com o estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 3º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, no artigo 1º do Decreto nº 90.206, de 20 de setembro de 1984, e com o que propõe o Estado-Maior do Exército, R E S O L V E:

1. Alterar o nº 2 da Portaria Ministerial nº 170, de 27 de fevereiro de 1984, que passa a vigorar com as seguintes modificações:

- | | |
|--|-------|
| a. No quadro a. QMG 02 - Cavalaria: | |
| 3º Sgt 01 Combatente | 662 |
| b. No quadro b. QMG 05 - Engenharia: | |
| 3º Sgt 01 Combatente | 355 |
| c. No quadro d. QMG 07 - Infantaria: | |
| 3º Sgt 01 Combatente | 1.078 |
| d. No quadro e. QMG 08 - Saúde: | |
| 3º Sgt 33 Aux Enf | 435 |
| e. No quadro f. QMG 09 - Material Bélico: | |
| 3º Sgt 46 Mec Armt | 157 |
| f. No quadro h. QMG 11 - Comunicações: | |
| 3º Sgt 73 Mnt Com | 364 |
| g. No quadro i. QMG 00 - Qualificações Singulares: | |
| 3º Sgt 14 Topógrafo | 175 |
| h. No total geral: | |
| 3º Sgt | 6.287 |

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 3.380/84)

WALTER PIRES

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 20 de setembro de 1984

Processo nº: 10168-012721/84-40 - Interessado: REINO DA SUÉCIA - Assunto: Operação de crédito junto ao Governo da Suécia, sob âmbito do denominado "Clube de Paris", objetivando a consolidação e o financiamento de débitos, em moeda estrangeira, relativos a valores depositados no Banco Central do Brasil, por devedores nacionais, no valor equivalente a aproximadamente US\$ 60.000.000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos). - Despacho: Aprovo o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Com base no disposto no artigo 8º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.105, de 24 de janeiro de 1984, e tendo em vista a "Agreed Minute on the Consolidation of the Debt of Brazil" (Ata de Negociação de Dívidas do Brasil), firmada em Paris, em 23 de novembro de 1983, autorizo a contratação da operação de crédito junto ao Reino da Suécia, objetivando a consolidação e o financiamento de débitos vencidos no período compreendido entre 31.07.83 e 01.01.85 e depositados no Banco Central do Brasil, para remessa aos credores suecos, nos termos da minuta a fls. 03, previamente negociada. Restitua-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para as providências complementares.

MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA
Interino

Em 24 de setembro de 1984

Processo nº: 10168-012614/84-30 - Interessado: COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA (Grupo Siderbrás) - Assunto: Operação de crédito externo, no valor de até US\$86.500.000.00 (oitenta e seis milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos) de principal, a ser celebrada entre a Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA e um consórcio de bancos liderado pelo Bankers Trust Company, destinada ao financiamento do Programa Siderúrgico Brasileiro. Concessão de garantia da República Federativa do Brasil. - Despacho: Aprovo o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Com fundamento no inciso I, do artigo 1º, do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e alterações posteriores, e no uso da competência que me foi delegada pelo Decreto nº 83.856, de 15 de agosto de 1979, aprovo a operação e autorizo a concessão da garantia da República Federativa do Brasil. Restitua-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para as providências complementares.